

LC 173 é a granada de Bolsonaro no bolso dos funcionários públicos!

Essa Lei Complementar (LC 173/20)

estabelece as condições para os estados e municípios receberem a ajuda do governo federal, em face da queda de arrecadação agravada pela pandemia de Covid-19. Para receber essa ajuda, os estados são proibidos de fazer novas contratações e terão que congelar salários e benefícios até dezembro de 2021. Isso representa um duro ataque aos trabalhadores dos serviços públicos, que demonstram tanta importância nesse contexto de pandemia, em que fica mais evidente a relevância dos serviços prestados à população.



Quinquênios e Sexta parte ficam suspensos até dezembro de 2021

Essa lei não apenas congela salários e benefícios, como estabelece que qualquer tipo de adicional por tempo de serviço, como quinquênios e sexta parte ficam suspensos pelo mesmo período. No caso, a suspensão não é apenas do pagamento, mas da própria contagem de tempo para efeito desses adicionais. Logo, todos os trabalhadores serão afetados, já que esse período de 18 meses será descontado da contagem de tempo de todos para efeito desses adicionais.

Concursos e carreiras também ficarão prejudicados

A mesma lei também proíbe a realização de concursos para novas contratações, bem como qualquer tipo de progressão de carreiras que implique em novas despesas.

No caso da USP, chama a atenção que a despeito disso, a reitoria seguiu com o processo de avaliação para progressão horizontal da carreira docente, ainda que tenha modificado o calendário de avaliação para que o pagamento seja feito após a vigência da lei. Sobre a nossa carreira, nenhuma palavra.

Bolsonaro e Congresso querem dividir os trabalhadores para melhor nos atacar

Apesar das disputas entre Bolsonaro e o congresso, ou entre o presidente e os governadores, na hora de retirar direitos eles estão de mãos dadas. A jogada deles, como sempre, é tentar colocar um trabalhador contra o outro. Como confessou o ministro Paulo Guedes, aproveitaram da pandemia para jogar uma granada no bolso do inimigo, que pra ele somos nós, funcionários do serviço público. Fazem isso ao mesmo tempo em que aprovaram uma Medida Provisória que permite suspensão do contrato e redução dos salários dos trabalhadores da iniciativa privada. Com isso, tentam passar a ideia de que os servidores públicos são privilegiados, já que só tiveram os salários congelados, enquanto os outros tiveram cortes e até demissões. Ora, congelar nossos salários por 1 ano e meio é também um ataque brutal. Além disso, querem fazer crer que aquilo que deveria ser o mínimo garantido para todos os trabalhadores, que é a estabilidade no emprego, ainda mais durante uma pandemia, seja um tipo de privilégio. Com isso tentam nos dividir, pra mascarar os verdadeiros privilegiados, que são os grandes banqueiros e os grandes empresários, que já receberam mais de um trilhão de ajuda do governo, e os políticos alinhados com eles,

como o próprio Bolsonaro, que gasta mais de 30 mil reais por dia em seu cartão corporativo.

Cabe ação judicial contra essa Lei?

Há, neste momento, uma ação direta de constitucionalidade tramitando no STF que questiona a legalidade da lei. Até agora não houve julgamento, pelo que averiguamos o relator é o ministro Alexandre de Moraes, que pediu esclarecimentos ao congresso e à presidência para poder emitir o relatório. De todo modo, sabemos que o STF julgou recentemente a procedência da lei das terceirizações irrestritas, por exemplo, portanto não alimentamos grandes expectativas nesse órgão.

Além disso, fizemos uma discussão no Fórum das Seis sobre o tema, e houve algumas interpretações de que a lei não se aplicaria às universidades, seja pelo fato de que a lei fala de entes federados (tanto que as universidades nem tem garantia do recebimento desses recursos adicionais), e também pela questão da autonomia universitária. Ficou encaminhado de fazer uma consulta jurídica, e voltaremos a discutir o tema em breve para avaliarmos se há alguma ação específica possível para a situação das universidades.

Reitoria da USP é cúmplice dos ataques

A Universidade resolveu aplicar rapidamente a lei, suspendendo imediatamente os concursos de docentes em curso, bem como os pagamentos de quinquênio e sexta parte. Em conjunto com o Cruesp, justificou cinicamente o congelamento dos nossos salários com base na Lei, antes mesmo dela ser promulgada. Na última reunião do Conselho Universitário, em face dos inúmeros questionamentos sobre os impactos da Lei para o funcionamento da universidade, o reitor

limitou-se a declarar que lei não se discute, se cumpre. Ora, que postura covarde!

A USP poderia perfeitamente entrar no debate público sobre quais medidas deveriam ser adotadas perante a crise. Aceitar passivamente uma lei que coloca em risco o funcionamento pleno da própria universidade não vai servir para se preservar dos ataques, mas sim torna a reitoria cúmplice dos ataques dos governos federal e estadual. Tal postura covarde não logrou até agora nenhum compromisso do governo estadual de maior repasse para as universidades durante a crise. Ou seja, a reitoria abaixou a cabeça e não recebeu nem um obrigado.

A saída é unificar as Lutas para barrar os ataques e derrubar Bolsonaro e Mourão!

Diante desse quadro de crise sanitária, política e econômica, em que os governos aproveitam para atacar ainda mais nossos empregos, salários e direitos trabalhistas, já está provado que não podemos esperar nada de nenhuma das instituições desse regime político, nem no âmbito local (da reitoria), nem no âmbito geral (congresso, STF). Precisamos avançar na unificação das lutas de todo o funcionalismo público, em conjunto com os trabalhadores da iniciativa privada, para garantir a revogação da Lei complementar 173, das MPS 927 e 936 de Bolsonaro, bem como para garantir estabilidade no emprego, preservação de salário e benefícios e um plano sanitário para combater a pandemia que possa preservar nossas vidas. Hoje, o maior empecilho para tudo isso é esse governo assassino que temos no país. Por isso, sem nenhuma confiança nos governadores estaduais, no congresso ou no STF, que são cúmplices dos ataques aos trabalhadores, devemos fortalecer a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão!

Boletins do Sintusp

Quer receber nossos boletins, demais documentos e informes em seu e-mail? Basta enviar um e-mail para sintusp@sintusp.org.br, colocando no "assunto" do mesmo "cadastro de boletim", se for parte da comunidade USP é necessário informar sua unidade.

Filie-se ao Sintusp!

Estamos vivenciando uma grave crise política, econômica e sanitária. Os governos aproveitam a pandemia para aprofundar uma agenda de ataques aos direitos dos trabalhadores, como se fosse essa a única saída para o cenário atual.

Cada vez mais precisaremos nos organizar para defender nossos empregos, nossos salários e condições de vida. Neste momento de aumento do número de contágios e mortes pela pandemia de Covid-19, por um lado, e a política irresponsável dos governos de flexibilizar o isolamento social, por outro, teremos que lutar também pelo básico, que é pela preservação da nossa vida!

Para travarmos essa luta, é preciso organização coletiva. Para isso existe o nosso sindicato! Mais do que nunca, é fundamental que fortaleçamos nosso instrumento de organização e de luta. Filie-se ao Sintusp!

Encaminhamos o link para o formulário de filiação: <https://bit.ly/3hW0wMC>

Acompanhe o Sintusp nas redes sociais

O Sintusp está presente agora, além do facebook, no instagram e no youtube. Curta ou se inscreva em nossas redes:

- Página no facebook: <https://bit.ly/33BW4vR>
- Canal no youtube: <https://bit.ly/3dCu7Y2>
- Perfil no instagram: <https://www.instagram.com/sintusp/>

OBS: Quem perdeu a live que realizamos na quarta, intitulada Pandemia e Distanciamento Social: Diálogos com a Educação Infantil, pode acessá-la no link: <https://bit.ly/2B3IJCO>

O CDB do Sintusp aprovou colocarmos no final dos boletins, em demonstração de apoio à luta contra o racismo, a bandeira que o movimento negro levanta em todo o mundo neste momento:

**Vidas Negras Importam!
Basta!!!**

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Parado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP CEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br